

# A excepcionalidade da América Latina: uma entrevista com Mauro Cabral sobre os desafios e avanços da militância intersexo



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 1  
set.2021-dez.2021  
p. 220-239

Em abril de 2021, o ativista intersex argentino Mauro Cabral nos concedeu uma entrevista em que fala de sua trajetória pessoal e profissional em defesa dos direitos humanos, analisa os desafios do movimento, a conjuntura atual mais favorável na Argentina, além de apontar o que espera para o futuro do ativismo e da governança internacional sobre o tema. A entrevista, transcrição, tradução e edição foram realizadas por Amiel Vieira, Anacely Costa, Barbara Pires e Marina Cortez, organizador/as do dossiê.

**Amiel, Anacely, Barbara e Marina:** *Obrigada por colaborar conosco nesta entrevista, Mauro. Por favor, conte-nos um pouco sobre sua trajetória pessoal e profissional, especialmente a partir de sua inserção nas organizações internacionais em defesa dos direitos humanos das pessoas intersexo. Como é estar nesses espaços representando a América Latina?*

**Mauro Cabral:** Minha primeira aproximação ao ativismo se deu em meados da década de 1990. Eu vivia em Córdoba, na Argentina, e comecei a atuar como ativista em uma organização local. Naquele contexto e, posteriormente, com outros ativistas na Argentina, pude começar a compartilhar minha história. À época, como eu não tinha computador em casa, utilizava um computador da biblioteca da universidade para fazer consultas sobre o ativismo *intersex*<sup>1</sup> que estava começando nos Estados Unidos. Como a *Intersex Society of North America* (ISNA) fora fundada em 1993, havia algumas informações disponíveis. Comecei a traduzir alguns textos para o espanhol e, entre 1996 e 1997, conheci uma ativista muito importante da Argentina, Alejandra Sardá, que já fazia ativismo internacional e regional e, através dela, pude me conectar a outros grupos e pessoas que estavam em outros lugares. Em 1999, viajei aos Estados Unidos pela primeira vez para uma conferência regional sobre questões LGBT e em 2002 comecei a trabalhar com Alejandra no programa latino-americano de uma organização que atuava junto à Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, o que hoje é *OutRight Action*

1 Nota dos editores: como o entrevistado adota o termo em língua inglesa “intersex” nesta entrevista e em suas publicações, seguindo a nomenclatura usual do ativismo intersexo argentino, optamos por manter o vocábulo em inglês ao longo do texto.



*International*. Naquela época, eles tinham um espaço para um programa latino-americano e eu entrei na organização a princípio como parte do conselho consultivo e, já em 2005, passei à coordenação da área trans e *intersex*. Ainda em 2001, conheci a pessoa que coordenava o ISNA nos Estados Unidos. Em 2004, fui pela primeira vez às Nações Unidas fazer uma apresentação sobre questões *intersex*.

Naquela época, foi mais fácil para mim conectar-me com o ativismo *intersex* internacional porque eu não conhecia outras pessoas *intersex* na América Latina e na Argentina. Não havia visibilidade *intersex* e passaram-se anos até conseguir entrar em contato com outras pessoas *intersex* na nossa região.

Em 2005, com meu trabalho, organizamos um instituto de treinamento para ativistas trans e *intersex* da região e foi a primeira vez que pude trabalhar pessoalmente com outros ativistas *intersex*, como, por exemplo, Natasha Jiménez Mata, com quem continuei a trabalhar ao longo dos anos e que se tornou uma ativista chave regional e internacionalmente. Antes disso, em 2003 ou 2004, conheci a pesquisadora brasileira Paula Sandrine Machado através de um programa de bolsas de pesquisa da organização *Sexual Citizenship* [Cidadania Sexual]. Ela foi bolsista um ano depois de mim. Foi também através dessa organização que conheci a pesquisadora mexicana Eva Alcántara: em 2007, participamos de uma mesa de discussão em um congresso latino-americano, organizada pela *Sexual Citizenship*, o que me ajudou muito a montar um mapa das questões *intersex* em diferentes países da América Latina. Com Natasha, Eva e Paula, criamos nessa época uma espécie de sociedade de trabalho chamada Consórcio Latino-Americano de Trabalho sobre Intersexualidade, que não conseguimos formalizar em uma instituição acadêmica, mas nos permitiu discutir o que acontecia em diferentes países da nossa região e conectar nossas pesquisas e nossos trabalhos ativistas. Foi assim que, em 2009, a organização onde eu trabalhava nessa época, a Mulabi, dirigida pela Natasha naquela época, publicou *Interdicciones*, que é uma publicação sobre o que se refletia em nossos países nas questões *intersex*.

Eu sou uma pessoa *intersex*. Fui designado ao sexo feminino ao nascer e tenho uma condição *intersex* chamada Síndrome de Rokitansky<sup>2</sup>, que geralmente é diagnosticada durante a puberdade. Esse foi o meu caso. Passei por duas cirurgias de normalização corporal e muitos anos de uma intervenção que os médicos chamam de “dilatações”. Toda essa experiência estendeu-se dos meus 13, 14 anos até os 24, 25 anos. Comecei a me envolver com o ativismo

---

2 Nota dos editores: Síndrome de Rokitansky ou Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser (SMRKH) refere-se a um diagnóstico médico pautado na identificação da ausência da porção mülleriana da vagina e do útero.



depois que essa experiência acabou. Foi quando pude descansar e pensar no que havia acontecido. Como também sou uma pessoa trans, meu ativismo tem reunido as duas coisas, o que nem sempre é fácil. Eu diria que comecei a ser um ativista trans primeiro e levei cerca de dois ou três anos para integrar a dimensão *intersex* a essas experiências.

Meu próprio processo em relação a essa jornada foi, digamos, muito bom e muito complicado ao mesmo tempo. Muito bom porque me permitiu fazer algo com as coisas que me aconteceram: transformar uma experiência assustadora de normalização corporal e violência médica no trabalho ativista que me permitiu expor o que aconteceu comigo e o que aconteceu com outras pessoas no meu país, na América Latina, mas também nas Nações Unidas, por exemplo. Ao mesmo tempo, foi uma experiência muito solitária, pois durante muito tempo tive que trabalhar sozinho ou com pessoas que estavam em outros lugares. Isso sempre foi pesado. Algo que me aconteceu por muito tempo foi, por exemplo, fazer oficinas em lugares e falar sobre questões *intersex* e, ao final desses eventos, as pessoas não falarem comigo; ou seja, quando terminava minha fala, as pessoas conversavam apenas entre si. Parecia haver um distanciamento em relação a mim. As pessoas não aguentavam ouvir falar sobre mutilação genital em primeira pessoa.

Além disso, foi uma situação muito difícil porque algo que acontece quando você está sozinho é que tudo o que você diz é questionado, como se fosse apenas sua própria opinião. Há coisas que são evidentes atualmente porque muito mais pessoas as dizem, inclusive pessoas *intersex* do Norte global, que falam inglês como nativas e por isso são consideradas mais razoáveis. Mas quando eu dizia essas mesmas coisas quinze anos atrás, eram consideradas apenas minha posição e era muito mais possível ignorá-las.

Atualmente é mais fácil, porque sempre há outras pessoas *intersex*, há um movimento, há pessoas visíveis, mas eu diria que, durante os primeiros quinze anos do meu trabalho, foi extremamente difícil para mim encontrar outras pessoas no entorno com quem trabalhar e que não estivessem em outros países ou que também pudessem fazer-se publicamente visíveis. Já estive em diferentes lugares onde havia outras pessoas *intersex*, que por alguma razão não podiam dizer isso naquele momento e iriam comunicá-lo muito tempo depois.



**A., A., B., M.:** *Como foi participar da elaboração dos Princípios de Yogyakarta<sup>3</sup> e sua atualização<sup>4</sup>, que muda categorias chave, que são muito importantes para a discussão política na luta internacional sobre os direitos da intersexualidade, das pessoas intersexo. Como foi agregar essas novas categorias de integridade corporal e de diversidade corporal?*

**MC:** Houve uma conjunção de fatores que possibilitaram meu ativismo internacional. Um deles é o privilégio. Sou uma pessoa muito privilegiada, com formação universitária, estudei história na Universidade de Córdoba e tive a oportunidade de estudar inglês na época. Obtive uma bolsa de doutorado, o que me permitiu fazer pesquisa por vários anos. Não terminei o doutorado, mas espero terminá-lo logo. Também tive uma pessoa muito importante na minha vida, como um pai adotivo, que me apoiou nesses anos, principalmente na primeira metade dos anos 2000, para poder me dedicar a fazer o tipo de atividade que eu desejava. Então, acho que há uma combinação de fatores: ter acesso à educação e acesso socioeconômico são elementos fundamentais que possibilitam fazer ativismo internacional.

Paradoxalmente, também sou alguém do Sul, a quem as Nações Unidas sempre conferem legitimidade extra, ou seja, sou alguém que não poderia ser acusado de ser estadunidense, que veio impor uma agenda do Norte global. Sou uma pessoa do Sul, que sabia me comunicar em inglês e que tinha uma bagagem cultural que me permitia conectar-me com o sistema, que também tinha a possibilidade e o interesse de estudar muito e escrever. Então, não considero uma questão de mérito, mas de ter estado na situação certa, na hora certa, digamos, e as coisas aconteceram. Contudo, não havia outras pessoas *intersex* publicamente assumidas e isso também é importante. Acho que tive essa ajuda extra: as pessoas tinham que falar comigo porque não tinham a oportunidade de falar com outras pessoas *intersex*.

Sobre os Princípios de Yogyakarta, fui o único ativista *intersex* a participar da elaboração do documento e não consegui incluir as questões *intersex* em todos os princípios. Elas só aparecem no princípio 18, que fala da proteção contra abusos médicos<sup>5</sup>, e aparecem de uma forma que não

---

3 Nota dos editores: O documento (YP) foi fruto de uma reunião de 29 especialistas em Direitos Humanos de 25 países diferentes realizada em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de setembro de 2006, e elenca uma série de princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Foi uma iniciativa da Comissão Internacional de Juristas e do Serviço Internacional de Direitos Humanos. O documento pode ser acessado no seguinte endereço: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf).

4 Nota dos editores: A Atualização dos Princípios de Yogyakarta (YP +10) ocorreu durante uma reunião de especialistas em Genebra, Suíça, entre 18 e 20 de setembro de 2017, e elencou nove princípios e 111 Obrigações Estatais adicionais ao documento de 2006. Ainda que todos os princípios adicionais sejam relevantes para a população intersexo, destacamos dois deles: Princípio 32 – Direito à Integridade Corporal e Mental – o Princípio 37 – Direito à Verdade. O documento está disponível em inglês no seguinte endereço: <https://yogyakartaprinciples.org>.

5 Nota dos editores: O Princípio 18 - Proteção contra Abusos Médicos - determina que “Nenhuma pessoa deve ser forçada a submeter-se a qualquer forma de tratamento, procedimento ou teste, físico ou psicológico, ou ser



é a que propus. Para mim, os Princípios de Yogyakarta constituem um grande avanço nas questões LGBT, mas naquele momento vivi a experiência como uma derrota pessoal: me senti muito responsável diante de um movimento que considerei não ter representado de forma adequada, pois o vocabulário e os conceitos que surgiram não eram o que poderia ter sido alcançado - algo que aconteceu recentemente, em 2017, com a participação de outras duas pessoas *intersex*. Assim, como disse anteriormente, o problema de estar sozinho é que tudo o que se fala é subestimado.

Para mim, foi um aprendizado e uma experiência positiva, ou seja, gosto de ter participado. Como ativista *intersex*, foi uma experiência muito difícil, mas que também ensinou muito sobre a crítica. Eu diria que, antes de 2006, era uma pessoa que estava muito preparada para criticar a todos e, depois de 2006, percebi que inserir uma palavra em um documento é algo muito difícil, que custa muito esforço e que, às vezes, escapa do controle das pessoas. Isso me ensinou a respeitar mais o trabalho das pessoas cujos resultados frequentemente não são os melhores em termos de leis ou artigos. É preciso ter um pouco mais de paciência.

Os Princípios não produziram uma mudança imediata no ativismo *intersex*. Na verdade, houve algumas organizações que anos depois de sua publicação denunciaram a suposta ausência de pessoas *intersex* em sua elaboração, simplesmente porque não tinham ideia de quem eu era. Por serem organizações europeias, estadunidenses ou australianas, eles não sabiam que havia um ativista *intersex* trabalhando internacionalmente, mas da Argentina. A relação do ativismo *intersex* internacional com o trabalho de Yogyakarta só começou a ocorrer há mais ou menos dez anos após a elaboração dos Princípios.

**A, A, B, M.:** *Pensando os contextos nacionais e as redes transnacionais do Sul global, especialmente na América Latina, quais seriam as diferenças (ou particularidades) e semelhanças dos ativismos intersexo e pesquisas sobre a intersexualidade ao Sul comparativamente àqueles encontrados nos países do Norte? Que lugar o pensamento decolonial tem nas produções e posicionamentos ativistas sobre a intersexualidade?*

---

confinada em instalações médicas com base na sua orientação sexual ou identidade de gênero. A despeito de quaisquer classificações contrárias, a orientação sexual e identidade de gênero de uma pessoa não são, em si próprias, doenças médicas a serem tratadas, curadas ou eliminadas.” O documento ainda estabelece, dentre outros pontos, que os Estados devem “Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar que nenhuma criança tenha seu corpo alterado de forma irreversível por procedimentos médicos, numa tentativa de impor uma identidade de gênero, sem o pleno e livre consentimento da criança que esteja baseado em informações confiáveis, de acordo com a idade e maturidade da criança e guiado pelo princípio de que em todas as ações relacionadas a crianças, tem primazia o melhor interesse da criança.”



**MC:** Acredito que o ativismo *intersex* latino-americano é um ativismo forte e visível regionalmente, mas que enfrenta uma dificuldade quase constitutiva, decorrente do fato de o ativismo internacional *intersex* acontecer em inglês e o acesso ao inglês continuar a ser um privilégio em nossa região. Da mesma forma, estudar outro idioma, incluindo espanhol ou português, continua sendo um privilégio para muitas pessoas *intersex* no Norte global. Quero dizer, o ativismo *intersex* em geral é um ativismo feito por pessoas que não têm muitos recursos, então, por um lado, o ativismo latino-americano tem dificuldade em participar de conversas globais e quem participa de conversas globais muitas vezes não entende o que está sendo discutido na região. Essa é a primeira dificuldade.

Há outra dificuldade que está relacionada às visões coloniais e muitas vezes racistas sobre os países latino-americanos, na medida em que é difícil para quem faz pesquisa no Norte global, mesmo para quem faz ativismo, reconhecer a importância dos desenvolvimentos que ocorrem na nossa região. Eles simplesmente os ignoram. Às vezes, há conferências internacionais em que não há ninguém da América Latina.

A forma como a América Latina é frequentemente vista é que tudo na região está apenas começando. É muito comum que as pessoas na América Latina saibam o que está acontecendo no Norte global porque sabemos falar inglês e francês ou porque não temos problema em usar um tradutor da internet, por outro lado, no resto do mundo, as pessoas não sabem o que está acontecendo na América Latina. Isso é profundamente frustrante, é muito revoltante e cansativo, porque vemos documentos internacionais em que as pesquisas feitas em espanhol ou português não são citadas. O mesmo acontece com as pessoas que estão em Portugal ou Espanha, ou seja, no mundo das questões *intersex*, as pessoas continuam a pensar, escrever e discutir em inglês.

Nesse sentido, o que a dominação sobre o ativismo *intersex* e a academia *intersex* tende a produzir é um disciplinamento colonial na forma como a intersexualidade é pensada e escrita. Em geral, considero que a escrita e as expressões em português, espanhol e francês têm muito mais riqueza expressiva, há muito mais liberdade nas diferentes formas de expressão, mas que são continuamente corrigidas no inglês, que é muito mais sintético. Não obstante, todas as definições que encontramos nas Nações Unidas ou mesmo em documentos regionais foram redigidas em inglês. Por que o inglês é sempre a língua correta para falar sobre intersexualidade? No fim das contas, é o arcabouço jurídico normativo, conceitual e político. Precisamos fazer assim?





Algo muito frustrante é que as pessoas falam que meu trabalho é poético. Não escrevo poesia e tampouco tenho uma prosa poética; meu trabalho não é poético. É escrito a partir de outro arcabouço conceitual que provavelmente apresenta alguma forma de resistência à colonização que o inglês exerce, porque não escrevo de acordo com a norma anglo-saxônica, embora possa estar escrevendo sobre direitos humanos. E então o meu trabalho é considerado *poético*? Isso é muito frustrante e acontece na academia, no ativismo, mas também na forma como circula o financiamento. O movimento *intersex* latino-americano ainda é muito mais pobre comparado com o movimento *intersex* norte-americano ou o movimento *intersex* europeu. Então, em termos de colonialidade, me parece que um dos trabalhos fundamentais que precisamos fazer, para quem está no ativismo ou na pesquisa na América Latina, é tirar da cabeça a ideia de que tudo é melhor se for dito em inglês e que escrever ou falar em inglês é a maneira correta de fazê-lo.

**Marina:** *Um dos efeitos perversos da distribuição desigual de financiamento em benefício do Norte, no caso da intersexualidade, é que lá existem maiores possibilidades de profissionalização dos grupos ativistas, com o pagamento de salários que permitem uma dedicação parcial ou integral à militância. Como você encara essa questão?*

**MC:** O que muitas vezes se espera é que os ativistas trabalhem oito horas por dia em outra coisa e façam ativismo nas horas vagas, porque assim seriam “politicamente independentes”, mas ninguém espera isso de quem faz pesquisa, por exemplo. Acredito que a profissionalização do ativismo permite que as pessoas se dediquem ao que fazem. No entanto, o que ocorre na América Latina não é só a falta de dinheiro, mas uma crença de que é errado receber dinheiro. Muitas vezes, mesmo na academia ou nos próprios movimentos sociais, deparamo-nos com essa percepção e com concepções muito idealizadas, muito românticas de como o ativismo deve ser feito. Nossos próprios movimentos políticos, incluindo muitas vezes o feminismo autônomo ou de esquerda, são contra a profissionalização dos ativistas.

Além disso, outro problema é que os financiadores muitas vezes exigem que os ativistas na América Latina organizem, por exemplo, estruturas que sigam um modelo organizacional norte-americano, com conselho administrativo com funções específicas. Portanto, há uma colonização profunda dos modos de organização, que determina que, para receber apoio, é preciso se tornar outra coisa. É um cenário complicado, quem quer iniciar o ativismo encontra uma série de barreiras que às vezes são muito difíceis se serem transpostas.

Um trabalho que às vezes precisa ser feito com aliadas e aliados de outros movimentos políticos e das universidades é explicar que todo mundo precisa comer, todo mundo precisa de dinheiro. A



ideia de que para fazer ativismo é necessário ser uma pessoa “pura” e não receber dinheiro de lugar nenhum coloca os ativistas em uma posição impossível e em um ideal de pureza que é uma ficção. Outra ficção relacionada é que as organizações podem receber dinheiro, mas apenas para realizar atividades, não apoiar seu próprio pessoal que desenvolve essas atividades, o que torna essa posição impossível. É necessário buscar arrecadar mais dinheiro para o ativismo latino-americano e afirmar junto às financiadoras que nem todas as formas de organização devem ser iguais. Algo que lhes custa muito entender no Norte global é que pode haver outras formas de cooperação, outras formas de responsabilidade comunitária e que nem tudo passa por um modelo de gestão norte-americano.

Nós vemos essas questões em outros lugares, por exemplo, em relação ao trabalho sexual e ativismo relacionado ao trabalho sexual. Muitas pessoas dizem "não, porque as trabalhadoras do sexo são pagas pelo Norte, então seu ativismo não é puro." Claro que, além de fazer trabalho sexual, eles têm que fazer ativismo... Há uma grande perversidade que eu acho que em última instância é uma perversidade racial e de classe. No final, ninguém liga se os ativistas têm o suficiente para comer ou para pagar o aluguel. É muito irritante para mim.

**Amiel:** *A esquerda brasileira não tem se dedicado a instaurar um debate amplo na sociedade sobre a intersexualidade, mesmo com a fundação da ABRAI e todo o trabalho que tem sido feito. É um esforço muito grande não apenas falar sobre a intersexualidade para a sociedade, mas também mostrar que a esquerda precisa pensar, se é favor da justiça social, sobre as pessoas intersexo.*

**MC:** Acredito que, em geral, o nosso movimento político tem muita dificuldade em pensar questões de diversidade corporal e há uma tendência a se considerar, também em termos de colonização, que são questões importadas do Norte. Assim, talvez tenhamos de começar a fazer outro trabalho e penso que a produção de Eva Alcántara é fundamental na abordagem da intersexualidade a partir de uma perspectiva classista. Existem portas diferentes e é preciso encontrar a chave certa para cada porta. Algo que, na minha experiência, funciona com a esquerda [argentina] é dizer que a questão da intersexualidade não afeta apenas as pessoas da classe média alta, mas que é uma questão particularmente relevante para as pessoas da classe trabalhadora e tem de ser resolvida a partir de uma perspectiva de justiça socioeconômica. Da mesma forma que fazemos com o feminismo, para mostrar que as questões *intersex* são também questões de gênero e para mostrar a cada movimento social como elas se relacionam.





**A, A, B, M.:** *Especificamente sobre a Argentina, gostaríamos de ouvi-lo sobre as relações institucionais do movimento intersexo com as esferas do executivo, legislativo e judiciário e outros movimentos sociais no país. Você pode nos dizer como se dão as relações entre o ativismo intersexo e os movimentos de direitos humanos, de forma geral, com o Estado argentino? Por exemplo, existe um diálogo entre o ativismo e as instâncias de governo ou do judiciário? E, nesse caso, houve diferenças no diálogo entre o terceiro setor e as esferas do governo, decorrentes das mudanças trazidas pelas últimas eleições presidenciais (mandatos de Cristina Kirchner seguidos pela presidência de Maurício Macri e, atualmente, Alberto Fernández)? Quais são as vias institucionais que têm sido encontradas para fazer avançar a pauta intersexo na Argentina? Por outro lado, há alguma comunicação entre os movimentos intersexo e os movimentos feministas argentinos?*

**MC:** O movimento *intersex* na Argentina só começou a se relacionar com o Estado em 2020 porque é a primeira vez que existe um movimento *intersex* na Argentina, quero dizer, não apenas ativistas individuais, mas existe algo que chamamos de espaço plurinacional. Isso significa dizer que a Argentina é um Estado plurinacional no qual convivem pessoas que são argentinas, mas também migrantes e pessoas de povos originários. A partir desse movimento, que teve sua primeira reunião em fevereiro do ano passado em Buenos Aires, iniciou-se um processo de relacionamento e vínculo com o Estado, fundamentalmente com o poder executivo por meio de reuniões com o Ministério da Saúde. Também com o poder legislativo apresentou-se um projeto de lei para a proteção integral às características sexuais e vem sendo realizada uma série de reuniões virtuais durante a pandemia. Em anos anteriores, o que havia eram abordagens diferenciadas do sistema de saúde, encontros distintos entre ativistas e equipes de saúde que atuam nesses hospitais, mas não havia muito interesse por parte do Estado em ouvir ou se engajar com ativistas *intersex*. Isso mudou radicalmente com o atual governo. Acho que teria sido possível no governo de Ernesto Kirchner e Cristina Kirchner, mas naquela época não havia pessoas que se identificavam publicamente como *intersex* na Argentina, era praticamente impossível colocar as questões *intersex* na agenda pública. Durante o governo Macri, um governo muito diferente de Bolsonaro, mas ideologicamente próximo a ele, era praticamente impossível realizar ativismo de direitos humanos na Argentina. Neste momento, estão reunidas as condições para que o movimento *intersex* tenha um lugar próprio na discussão com o Estado. Com o judiciário, desconheço se houve interações até este momento, mas isso não significa que não haverá no futuro. Acredito que para este ano nossa agenda será, antes de tudo, uma agenda relacionada à mudança de protocolos assistenciais, que é um trabalho com o Ministério da Saúde



e com o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade, além de um trabalho com o poder legislativo para a aprovação da lei de proteção integral das características sexuais.

Em relação aos movimentos, o movimento LGBTI+ na Argentina costumava ter uma posição de apropriação das questões *intersex* sem garantir ao movimento *intersex* a capacidade de decisão autônoma. Isso está começando a mudar. Estamos construindo alianças com ativistas LGBT que reconhecem que a liderança no movimento *intersex* deve vir de pessoas *intersex*. Trabalhamos bem com diferentes setores do feminismo. Neste momento, a força do feminismo anti-trans na Argentina complica as questões *intersex*, porque é um feminismo profundamente binário em termos de corporalidade e que acredita que as pessoas *intersex* sofrem de uma malformação; no entanto, temos aliadas fundamentais dentro do movimento feminista e do movimento de mulheres. Em 2019, o primeiro *workshop* sobre questões *intersex* foi realizado no Encontro Nacional da Mulher, um encontro massivo que acontece na Argentina, então o trabalho realizado pelas companheiras foi uma experiência fabulosa. Nunca fui tão otimista quanto agora em relação às nossas possibilidades de trabalhar com outros movimentos.

Estamos tentando nos conectar com os movimentos tradicionais de direitos humanos. Uma questão na qual estamos muito interessados em trabalhar é o direito à verdade, que para muitas pessoas *intersex* é uma questão fundamental. Tiramos essa vinculação do direito à verdade do sistema internacional de direitos humanos, onde esse direito à verdade é reconhecido, e há um relatório especial sobre o direito à verdade que é argentino, com o qual estamos tentando nos relacionar. A nova edição dos Princípios de Yogyakarta também inclui o direito à verdade. O projeto que estamos propondo inclui a criação de uma Comissão da Verdade, algo que na Argentina está profundamente ligado à experiência da ditadura, ou seja, apenas se tem utilizado o direito à verdade aplicado às vítimas do terrorismo de Estado e não sabemos qual será a reação dos movimentos mais tradicionais de direitos humanos. Na Argentina, o marco do direito à verdade está disponível e talvez não em outros países, mas, ao mesmo tempo, na Argentina esse marco está totalmente vinculado aos movimentos tradicionais de direitos humanos e esses movimentos às vezes podem ser hostis a outros movimentos que tentam usar o mesmo quadro. Portanto, o que é uma possibilidade também pode ser um problema. Mas a verdade é que confiamos que esses movimentos acompanharão nossa luta, da mesma forma que o movimento *intersex* acompanha todos os outros movimentos de direitos humanos na Argentina. Contudo, neste momento, é um processo que está apenas começando.



**Marina:** *Eu tenho a impressão de que, na Argentina, os movimentos sociais têm uma capacidade criativa de discussão e de pautas que me parece que no Brasil nós não temos, ou não da mesma maneira. Por exemplo, isso que você acabou de nos contar sobre a vinculação do direito à verdade, essa luta histórica na Argentina em relação à ditadura, realmente é uma conexão muito criativa, muito potente.*

**MC:** Isso aparece em lugares diferentes: as pessoas sempre comparam os movimentos de seus países com os movimentos de outros países e sempre parece que em outros países os movimentos são melhores, mais articulados, que lutam menos. Mas à distância tudo parece melhor. Nosso movimento na Argentina tem muitos problemas, divisões e coisas assim. Acho muito importante ver o que cada movimento está fazendo em seu contexto e o que está sendo proposto. O Brasil é um país muito maior que a Argentina, que tem problemas diferentes. Então acho que o movimento *intersex* no Brasil está fazendo avanços muito grandes que precisam ser avaliados em seu próprio contexto, ou seja, sem compará-lo com o ativismo da Austrália, Europa, Estados Unidos, Chile ou Argentina. Notar que às vezes as pessoas fazem cobranças porque até no Brasil há ativistas que falam “não temos acesso ao nosso prontuário” ou “esse assunto não é comentado na mídia”. Às vezes tudo o que é necessário é colocar um rótulo nisso: “isso é algo que pode ser pensado em termos de direito à verdade.” Então, o ativismo já está trabalhando nessa questão. Talvez se expresse de outra forma, o que faz mais sentido naquele lugar. Talvez não faça sentido falar de direito à verdade no Brasil e existam outras expressões que são mais congruentes com o arcabouço dos direitos humanos no Brasil. Minha regra a esse respeito é o princípio de caridade de Peter Winch<sup>6</sup>. As pessoas sabem por que fazem o que fazem. Ou seja, ao invés de dizer “eles não sabem disso, eles não têm esse outro”, é tentar entender por que as pessoas fazem o que fazem no seu próprio contexto. Na minha experiência, as pessoas sabem o que estão fazendo e o que estão fazendo é racional em seu próprio contexto. Esse é um tipo de abordagem que outros ativistas e eu estamos trabalhando duro para tentar moldar em um movimento global que seja mais hospitaleiro e diferentes perspectivas possam coexistir sem que as pessoas digam umas às outras “o que fazemos é melhor ou isso é o que há para fazer.”

**Barbara:** *Nós pensamos nessa pergunta anterior para situar justamente as particularidades da Argentina. Aqui, não só na questão intersexo, mas na questão LGBTI+ em geral, temos muita ligação com o judiciário. O judiciário traz alguma inovação, acesso a direitos e reconhecimento*

---

<sup>6</sup> Nota dos editores: Peter Winch foi um filósofo britânico que desenvolveu trabalhos a partir do pensamento de Ludwig Wittgenstein.



social. Contudo, não temos como pautar a legislação. O nosso Congresso Nacional é muito diverso e muito conservador. A maioria do Congresso não consegue fazer essa discussão sobre diversidade sexual e muito menos balizar direitos humanos, por exemplo, fazendo essa leitura da Comissão da Verdade, como foi feita aí sobre a ditadura. Aqui, ontem mesmo, um ministro do governo de Jair Bolsonaro falou que o golpe militar de 1964 foi na verdade um movimento que deveria ser celebrado. Então estamos vivendo vários revisionismos não só no Governo Federal, mas também no Congresso Nacional. A nossa ligação nessa militância LGBTI+ em geral é muito mais com o judiciário. Nós queríamos pensar as particularidades do caso argentino porque, pelos debates do movimento feminista, que acompanhamos mais e que são mais visíveis, já há essa discussão pelo Congresso, que é muito mais desenvolvida do que aqui no Brasil.

**MC:** Na Argentina é o contrário: o Congresso é muito mais progressista do que o sistema judiciário no momento. Pode haver algumas exceções, mas é um poder muito fechado, muito conservador e difícil. Em alguns casos, houve litígios estratégicos, mas ainda não sobre questões *intersex*. Isso é um problema. A outra questão é que a Argentina é um país onde o Executivo é muito poderoso, é um país presidencialista, onde muitas vezes as mudanças legislativas são ordenadas pelo Poder Executivo. Então é preciso combinar as estratégias.

Do jeito que eu penso sobre isso, talvez esteja errado, trabalhamos com partidos políticos, por exemplo, com o partido no poder, que por sua vez trabalha com seus legisladores no Poder Legislativo. Se a lei for aprovada, é possível que haja hospitais atuando junto ao sistema judiciário para tentar contestar a lei. Por exemplo, o Congresso aprovou a lei do aborto e as organizações antiaborto vão ao sistema judiciário para tentar desafiar a lei ou impedir que a lei seja aplicada. É assim que funciona até agora. Infelizmente, em grande medida, o sistema judiciário é um sistema que tende a ser amparar mais a direita do que dos movimentos progressistas. Claro, há muitas exceções, mas é por essa razão que não se investe tanto no ativismo pela via do litígio estratégico ou em estabelecer boas relações com representantes do poder judiciário.

**A, A, B, M.:** *Gostaríamos de retomar uma importante análise que você desenvolveu desde o começo da sua escrita acadêmica e política, principalmente em “En estado de excepción: intersexualidad e intervenciones sociomédicas” (2006)<sup>7</sup>, tomando como base a conceituação da*

---

7 CABRAL, Mauro. En estado de excepción: intersexualidad e intervenciones sociomédicas. In: CÁCERES, Carlos F.; CAREAGA, Gloria; FRASCA, Tim; PECHENY, Mario (Eds.). *Sexualidad, estigma y derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América Latina*. Lima: FASPA/UPCH, 2006b.



*intersexualidade como uma excepcionalidade que precisa ser incorporada pelos dispositivos sociomédicos a fim de reforçar o dimorfismo sexual como o lugar de valor que sustenta a própria humanidade. Nesse sentido, o questionamento parte para dois lados: primeiro, você acha relevante caracterizar ainda hoje esse modo de incorporação da intersexualidade - as “formas inumanas de humanização” (p. 88) que atravessam manejos éticos, políticos, médicos e sociais - enquanto um estado de exceção? Segundo, como atualizar a linguagem e os pactos relativos aos direitos humanos - por exemplo, a qualificação dessas intervenções como práticas de mutilação e de tortura - frente à contínua patologização da diversidade corporal já que, em muitos contextos, ela vai ser mobilizada como o único caminho para garantir acesso à saúde e legitimar a proteção social?*

**MC:** Vou começar pela última parte. O conceito de patologização que utilizamos em nosso trabalho no GATE<sup>8</sup>, especificamente patologização ou despatologização de pessoas *intersex*, considera que a patologização, o diagnóstico em si não é patologizante nem despatologizante, é uma descrição que é efetiva em um determinado contexto, como esse de acesso à saúde, e também tem a função de organizar conteúdos que são necessários para muitas pessoas: saber que elas têm um determinado diagnóstico e não outro. O diagnóstico é uma descrição sincrônica do corpo - o corpo como ele é no momento – e permite saber o que esperar. Ou seja, associado a seus diagnósticos, as pessoas *intersex* sabem que podem esperar certas coisas daqui a dez ou vinte anos, coisas que ocorrem com diferentes tipos de corpo e nem precisam estar associadas a um diagnóstico. Por exemplo, ter ovário não é um diagnóstico, mas quem tem ovário sabe que precisa de controles ginecológicos, que vai precisar de ultrassom, que depois de certa idade pode haver cistos ovarianos, tumores ovarianos, cirurgias ovarianas. Em outras palavras, nesse sentido, as descrições clínicas de corpos *endosex* funcionam da mesma maneira para pessoas *intersex*.

Do nosso ponto de vista, patologizar significa considerar como patologia algo que não é uma patologia. A medicina patologizou aspectos dos corpos *intersex* que não são relevantes em termos de saúde. Por exemplo, o tamanho do clitóris, que é uma variação saudável da diversidade do corpo humano. Em contraste, a possibilidade de ter câncer ou de ter problemas devido ao metabolismo do sal na hiperplasia adrenal congênita são aspectos que precisam de atenção médica. Despatologizar a intersexualidade significa tirar o rótulo de patologia da diversidade corporal e reservar cuidados de saúde para aquelas questões que precisam de atenção

---

<sup>8</sup> GATE - Trans, Gender Diverse and Intersex Advocacy in Action. Organização internacional de defesa que trabalha pela justiça e igualdade para grupos trans, diversidade de gênero e população intersexo.



médica. Não significa que usar o diagnóstico seja errado, não significa dizer às pessoas que elas devem parar de usar o diagnóstico, não significa que as pessoas tenham que parar de ir ao hospital. Significa que, por exemplo, nascer sem vagina tem a ver com a diversidade do corpo, que ter um clitóris mais comprido ou um pênis mais curto tem a ver com a diversidade do corpo. Nada disso é um problema de saúde. Patologizar é considerar isso um problema de saúde.

Uma pessoa que nasce com sensibilidade aos andrógenos e que descobre na adolescência que tem testículos íntegros, isso em si não é uma doença, mas é algo que precisa de atenção médica e acompanhamento, porque tem maior chance de se tornar maligno. Isso, do meu ponto de vista, tampouco é patologizante, na medida em que uma pessoa que tem ovário também faz controles e se a pessoa tem histórico de câncer de ovário na família, provavelmente, também terá que fazer mais controles. Portanto, nesse sentido, ter testículos que não desceram para uma pessoa *intersex* pode ser considerado semelhante a saber que você tem ovários e um histórico familiar de câncer de ovário.

Digo isso porque às vezes o que acontece é que, a partir de uma posição *intersex*, as pessoas que continuam seus tratamentos médicos são estigmatizadas, como se “fossem cúmplices” de sua própria patologização. Esse é um erro grave que os aliados do movimento *intersex* muitas vezes cometem, dizendo às pessoas que seria errado tomar remédio ou ir ao médico porque “a intersexualidade não é uma doença”. Isso é verdade, ser *intersex* não é uma doença e ser mulher não é uma doença, ou ser homem não é uma doença. No entanto, homens e mulheres *endosex* também vão ao médico. Então, algo que estamos tentando fazer, ativistas da despatologização, é que as pessoas sejam capazes de apoiar posições de despatologização, cientes que ter um corpo *intersex* em si não é uma patologia, mas também contribuir para que as pessoas *intersex* não adoçam e morram por falta de atendimento médico; em outras palavras, que a despatologização não funcione contra as próprias pessoas *intersex*, que pessoas *intersex* possam aprender mais sobre seus próprios corpos para tomar decisões informadas sobre eles. É uma posição um pouco mais complexa do que dizer “sim” ou “não” à despatologização. Portanto, o que eu diria é que para garantir o acesso à saúde é fundamental que as pessoas saibam o seu diagnóstico, o que podem esperar do que vai acontecer e que tenham acesso às mesmas formas de controle urológico, ginecológico, oncológico que o resto da população.

Muitos anos atrás, durante o primeiro fórum *intersex*, uma facilitadora que não era *intersex* foi contratada e quando as pessoas *intersex* que estavam no evento começaram a se apresentar, ela ficou muito angustiada e interrompeu a conversa, porque ela não entendeu a razão de dizermos





ossos diagnósticos. Quando pessoas *intersex* dizem isso, estamos comunicando coisas que são muito importantes para nós. Esse diagnóstico é uma descrição de nosso corpo, geralmente uma descrição de nossa vida. Com o diagnóstico, provavelmente já se sabe a que cirurgias uma pessoa foi submetida e por isso há aí uma dimensão de sociabilidade que ultrapassa o “diagnóstico sim” ou “diagnóstico não”; é uma experiência relevante para as pessoas. Portanto, o ativismo de despatologização está lutando para se transformar em um ativismo menos normativo, para parar de dizer às pessoas como falar e como não falar. Algo pelo qual trabalhamos muito que o ativismo *intersex* possa se comunicar em registros diferentes, que fale línguas diferentes, que fale a linguagem dos direitos humanos, mas que também possa falar a linguagem do diagnóstico; que alguém possa dizer “eu sou *intersex*” em um contexto e em outro contexto possa dizer “este é o medicamento que tomo” e que, como ativistas, possamos comunicar esses diferentes registros sem dizer às pessoas que o que estão dizendo é moral ou politicamente errado.

O que acontece com as intervenções precoces é que muitos de nós tivemos, por um lado, experiências muito traumáticas e, por outro, problemas associados a elas. No meu caso, não tenho de ir ao check-up porque nasci com Rokitansky, mas sim pelas consequências das intervenções. Isso adiciona uma forma extra não de patologização, mas de relacionamento com o sistema médico. Muitas pessoas *intersex* têm um relacionamento vitalício com o sistema médico porque fomos forçados a esses relacionamentos, ou seja, nosso corpo foi danificado de tal forma que nos transforma em pacientes para o resto da vida. Parte do trabalho de despatologização é ajudar a remover o estigma dessa situação. Por outras palavras, o fato de uma pessoa necessitar de fazer check-ups médicos, necessitar de cirurgias ou outros tratamentos, não significa que seja cúmplice da sua patologização. Significa que você está cuidando da sua capacidade de sobrevivência e muitas vezes enfrentando as consequências do que a medicina fez ao seu corpo.

Isso também inclui, de maneira central, o acesso aos serviços de saúde mental, que muitas vezes são os mais estigmatizados e inacessíveis de todos. Frequentemente, o ativismo pela despatologização é complicado, porque muitas pessoas *intersex* sofrem de trauma pós-cirúrgico, estresse pós-traumático e depressão, e há pessoas que dizem “se você for ver alguém, um psiquiatra, isso está patologizando a intersexualidade”. Quero dizer, se as pessoas estão deprimidas e não podem obter ajuda porque alguém lhes disse que isso é politicamente incorreto, então estamos fracassando como movimento.



Sobre a primeira parte da pergunta, ainda acredito que em grande parte essa frase seja verdadeira. Nos últimos anos, meu marco para lidar com essas questões é principalmente o marco da hospitalidade. Acredito que o ser humano, ao imaginar que vive em uma realidade caracterizada pelo dimorfismo, ainda acredita que as pessoas *intersex* têm que pagar um preço para fazer parte da humanidade e acredito que esse preço ainda é a desumanidade. No marco dos direitos humanos, a ideia do humano ainda é algo que, no marco da hospitalidade, chama-se hospitalidade hostil: nos acolhem, mas com uma condição que continua a ser a de normalização. E é uma condição para toda a vida. Esse é um enquadramento que eu gosto muito. Eu e Morgan Carpenter, que é um ativista e pesquisador australiano, publicamos um texto justamente relacionado a um relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre Tortura, trabalhando no contexto da hospitalidade. Ou seja, quando se chega ao mundo, por exemplo, o que é preciso para entrar, pensando em um documento como o Registro Civil? Ainda é exigido das pessoas *intersex* deixar uma parte de nossos corpos para sermos considerados seres humanos como os outros, o que significa que por toda a vida não seremos seres humanos como os outros. Então eu acho que aquele texto que foi escrito entre 2005 e 2006 ainda é adequado hoje.

Quanto à atualização da linguagem, creio que isso esteja acontecendo e creio que o enquadramento da tortura em contextos médicos, o enquadramento do tratamento cruel e desumano no contexto médico e o enquadramento do direito à verdade, mas também o enquadramento de proteção contra práticas prejudiciais e falar de mutilação genital são muito produtivos. O tratamento médico da intersexualidade continua sendo algo que as pessoas acham muito difícil de admitir. Quando se fala em direito à verdade, esse direito tem uma dimensão individual: saber o que aconteceu comigo; mas também tem uma dimensão social, que é que as sociedades conhecem, conhecem a sua própria história e se reconhecem nessa história e se comprometem a não a repeti-la. E é insuportável para a maioria das pessoas admitir que vive em sociedades onde bebês, crianças e adolescentes são mutilados. Portanto, tentar trazê-los ou expô-los a essa realidade é muito difícil; precisamos de todos os vocabulários possíveis. A obra de *Adiós al futuro*, que é de uma artista visual mexicana, por exemplo, foi e é fundamental para introduzir as questões da intersexualidade em outro registro, o vídeo, a instalação, a performance; ou seja, poder entrar de outro modo ou de outro lugar. De alguma forma, temos que fazer as pessoas entenderem e assumirem que isso está acontecendo e transformar o horror que sentem em algo diferente da negação: agora elas ficam horrorizadas e negam imediatamente. E para isso precisamos de toda a caixa de instrumentos que pudermos usar.



**A, A, B, M.:** *Gostaríamos de ouvi-lo sobre o futuro do movimento intersexo. Quais são as tendências de mudanças que você vem observando nos últimos anos no movimento intersexo, que apontam para transformações nas pautas e na forma de se engajar politicamente? Por fim, você gostaria de deixar um comentário final para as próximas gerações de militância intersexo? O que você espera ver concretizado nos próximos anos? Quais os seus desejos/expectativas para o futuro das pessoas intersexo?*

**MC:** Meu conselho para as futuras gerações de ativistas é cuidar de si, cuidar do ativismo, tentar praticar outro tipo de hospitalidade. Não reproduzir as práticas médicas de classificar as pessoas e fazer distinções, de impor regras às pessoas sobre sua identidade e focar no que precisa ser mudado, que é o sistema médico, o sistema normativo. Minha posição não é necessariamente a mais popular, mas é a posição de alguém mais velho do que outros ativistas, o que não significa que eu esteja certo. Eu só vejo dessa forma neste momento da minha vida. Ou seja, perdemos muita gente e muito tempo lutando dentro do nosso movimento para definir quem é e quem não é. Então a mensagem é: menos natureza ou pressuposto de naturalidade, mais política, mais negociação e um pouco mais de amor para com a própria comunidade e concentrar-se no objetivo, no que se quer mudar.

**Amiel:** *A grande questão no movimento intersexo é se há necessidade, para quem adere ao movimento, de trazer junto um diagnóstico. Entretanto, você faz um contraponto importante. Quero dizer, a gente está perdendo tempo. A gente precisa ter alianças e não perder tempo sobre diagnósticos.*

**MC:** É uma questão muito mais complicada do que podemos discutir aqui, porque também requer uma ética de responsabilidade. Não sou médico, não quero ser médico e não quero agir como médico, o que significa que para construir uma aliança política não quero que me mostrem seus diagnósticos. Se as pessoas me dizem que são *intersex*, eu acredito nelas, mas isso também implica que a outra pessoa tem a responsabilidade de não mentir para mim. Para isso, o que preciso é de um movimento meu e de outra pessoa, onde alguém possa dizer: “quero colaborar com o movimento *intersex*, mas não sou *intersex*”. E que eu possa dizer: “bem, então é ‘isso’ que você pode fazer”. Exige que todos ocupem um lugar de cuidado e responsabilidade, pois ter um movimento *intersex* que não pede diagnóstico implica ter aliados *endosex* que não mentem e que se mantêm como aliados. Muitas vezes os aliados não gostam que sejam as pessoas *intersex* a liderar o movimento *intersex*, então eles descobrem que a maneira mais rápida é dizer que também são *intersex* de alguma forma. É uma situação que complica a vida de todos, porque



produz muita desconfiança nos ativistas *intersex* e faz com que os movimentos fiquem mais fechados e reativos e imponham condições para ver quem participa ou não. Acredito que essa situação pode ser resolvida com um diálogo aberto, no qual cada pessoa é responsável e cada movimento é responsável por sua posição. Assim, a chamada é a uma ética da responsabilidade, em que cada um é responsável pelos posicionamentos que assume e leva em consideração as consequências.

**Barbara:** *Sim. E essa construção que você vai falando ao longo da nossa conversa sobre a importância da verdade, a importância de saber sua própria história, mas também de se comprometer com a verdade politicamente, na própria construção do movimento. Isso é ter essa responsabilidade que você está falando, seja das pessoas nas instituições, seja dos aliados em outros espaços, é fundamental a gente ter esse compromisso com uma verdade partilhada, que é médica, científica, mas principalmente afetiva e política, então temos que criar um lugar comum, de confiança, para conseguirmos parar a normalização.*

**MC:** *Sim. Muitas vezes, as pessoas *intersex* têm diagnósticos diferentes ou temos estudos clínicos que mostram evidências diferentes ao longo de nossas vidas. Até os 38 anos, pensei ter nascido sem útero. Então fiz um estudo em que aparecia um útero como se fosse de um recém-nascido. No próximo estudo não apareceu mais. Qual é a verdade do meu corpo? E a verdade é que não sei. Tem gente que não sabe se tem ovário ou ovotestis e isso também faz parte da verdade do que significa ser *intersex*. Portanto, eu acho muito importante supor que às vezes é impossível saber o que é a verdade, mesmo sobre o próprio corpo, que as próprias pessoas não sabem, que às vezes os médicos não sabem, e isso não significa que a pessoa está mentindo ou os médicos estão mentindo. Quero dizer, há coisas que não temos tecnologia nem capacidade de saber ou que dependem essencialmente dos instrumentos de diagnóstico, e temos também o corpo que os nossos instrumentos de diagnóstico nos mostram. Por exemplo, quando recebi meu diagnóstico, receber um diagnóstico de Rokitansky também significava estar estéril. Neste momento, há cada vez mais experiências de transplante de útero em pessoas com Rokitansky. Isso significa que a verdade de uma pessoa que recebe o diagnóstico hoje é diferente da verdade do meu diagnóstico quando eu tinha 14 anos. Isso também faz parte da nossa realidade.*

A outra coisa é algo que também gostei de brincar e experimentar ao longo de minha carreira acadêmica como ativista. Acredito que a obrigação da verdade não deve ser confundida com a impossibilidade da ficção, pois muitas vezes me enviam roteiros de filmes *intersex* e são todos sobre alguém que descobre seu verdadeiro diagnóstico. É como se a única história que pode ser



contada seja a história da descoberta de uma verdade. Nunca há ficções *intersex* e isso também é cansativo. Eu acredito que as pessoas *intersex* também têm o direito de ficcionalizar. Lembro que em uma oficina fizemos um trabalho de inventar diagnósticos e recebemos críticas de algumas pessoas, que diziam que “com diagnóstico não se brinca”. E por que não se brinca? Por que são termos médicos? Há uma verdade que tem a ver com a responsabilidade de assumir a posição política. Agora, creio que se pode relativizar, pode-se ousar brincar com os termos, não acreditando que a medicina é a única verdade que existe, que pode haver outras também. Eu entendo que haja muita resistência ao trabalho de ficção sobre *intersex*. Tende-se a pensar que a representação deve ser sempre exata. Por exemplo, no caso de XXY<sup>9</sup>, a diretora foi duramente criticada porque foi dito que sua personagem não apresentava uma experiência *intersex*. Bem, mas não é possível que tudo o que se produza sobre a intersexualidade tenha que estar no registro documental. É como uma superposição da verdade que esgota e destrói também a possibilidade imaginativa do nosso movimento. Não estou dizendo que as pessoas precisam mentir. O que eu acredito é que, falando em futuro, espero que existam filmes e romances que mostram histórias de *intersex* que também podem ser ficções.

**Marina:** *O que você achou do livro do Jeffrey Eugenides, Middlesex<sup>10</sup>?*

**MC:** A verdade é que não me lembro. Eu li há muito tempo. Não gostei muito em geral. Não gosto de histórias que tomem a intersexualidade como instrumento para contar outra coisa, que é assim que sempre acontece: a intersexualidade é o catalisador para falar sobre outras coisas, falar sobre homossexualidade.

**Marina:** *Fiz a pergunta porque muitas pessoas intersexo criticam o livro em vários aspectos, não apenas pela história, mas também pela postura do autor de não ter querido falar com pessoas intersexo quando estava escrevendo o livro.*

**MC:** Meu problema é que trabalho muitas horas por dia com questões trans e *intersex*, então, quando abordo a literatura, tento ler outras coisas além do trabalho. Se eu tivesse que pensar no que gostaria de ler, não seria como aquela história de transformação e descoberta, que é chata, mas também às vezes minha própria comunidade me frustra um pouco, porque acho que todo mundo quer ter sua própria experiência refletida e que há muita pouca paciência ou interesse na ficção. Agora, também do lado daqueles que constroem ficções, se o autor falou ou não falou com pessoas *intersex*, eu pessoalmente não me importo, mas se sua representação da

9 Nota dos editores: Dirigido por Lucia Puenzo, XXY é um filme argentino, lançado em 2007.

10 Nota dos editores: Lançado nos Estados Unidos, em 2002, Middlesex é um livro do autor estadunidense Jeffrey Eugenides.



intersexualidade é ruim porque é preconceituosa, é estereotipada, isso importa para mim. A verdade é que não precisamos de mais declarações falsas. Parece-me, como ativista intersexo, que os escritos de Ursula K. Le Guin ou Octavia Butler, ou seja, de autoras lésbicas feministas que trabalham com ficção científica e que mostram pessoas com corpos diferentes mantendo tipos diferentes de relações erótico-afetivas, são muito mais amigáveis à intersexualidade do que uma ficção sobre a intersexualidade que é tão exata que parece um texto médico ou um documentário do Animal Planet. Acredito que o que precisamos são ficções em que acontecem coisas às pessoas *intersex* que não tenham a ver apenas com sua história médica e seus corpos, mas também ficções em que pessoas com corpos diferentes sejam desejadas e amadas, sejam sujeitos de sua própria história e poder nos reconhecemos nessas histórias. E não importa se é um alienígena, o importante é a história que está sendo contada. Eu aspiraria mais a remover a diversidade corporal do hospital e do texto médico e colocá-los em ação em outros lugares.

Pessoalmente, adoraria trabalhar em ficções que mobilizassem outros tipos de emoções. Como uma ficção sobre um julgamento no Tribunal Penal Internacional, por exemplo, imaginar que fazemos a mutilação genital *intersex* ser considerada uma violação dos direitos humanos. Eu adoraria pensar em uma ficção como *Inglorious Bastards* [Bastardos Inglórios] e ter um guerrilheiro *intersex* que se dedica a perseguir médicos. Ou seja, ficções que mobilizem outros tipos de imaginários políticos. Lembro-me de um fórum *intersex* em que estávamos pensando em fazer um filme de terror, uma mistura de terror e erótico-pornográfico, um filme de zumbi *intersex* que, em vez de comer o cérebro das pessoas, eles comiam seus órgãos genitais.

**A, A, B, M.:** *Muito obrigada pela entrevista, Mauro!*

